

ANALFABETISMO FUNCIONAL: UM DESAFIO PARA REPENSAR AS PRÁTICAS DE LEITURA

Leidiana Rodrigues do Vale

*Universidade Federal de Campina Grande
Leidyvalle25@hotmail.com*

Introdução

É incumbência da escola zelar pelo ensino e aprendizagem dos educandos, visto que essa é a sua razão de ser. O cumprimento dessa tarefa perpassa pelo desenvolvimento da leitura, contudo as escolas nem sempre alcançam esse êxito, pois estamos formando analfabetos funcionais. Embora o número de analfabetos tenha diminuído no Brasil nos últimos quinze anos, o analfabetismo funcional tornou-se um fantasma que atinge até mesmo estudantes que frequentam o ensino superior. Essa realidade demonstra que o analfabetismo funcional não está intrinsecamente relacionado somente à baixa escolaridade. Posto isso, faz-se necessário uma reflexão sobre as metodologias e sobre as práticas de leitura desenvolvidas em sala de aula, assim como compreender essa realidade da educação brasileira através da análise das pesquisas que demonstram tal conjuntura.

Desse modo, esse estudo discute alternativas e possibilidades para o enfrentamento do déficit de aquisição de competências leitoras nas escolas de educação básica, ademais traz uma abordagem sobre a perspectiva de atuação do coordenador pedagógico como norteador do desenvolvimento de projetos de leitura, a fim de definir caminhos e traçar estratégias para combater o analfabetismo funcional e suas especificidades, próprias de cada contexto escolar, através da compreensão dos fatores geradores dessa problemática.

Metodologia

Na busca da construção de uma proposta de ensino na qual o desenvolvimento das competências leitoras seja uma das principais metas, o presente estudo, de caráter qualitativo e interpretativo, traz como base das reflexões: Antunes (2003, 2010), Koch (2006, 2013), Kleiman (2010) e Marcuschi (2013). Ademais, os documentos oficiais, em especial os PCNs, assim como os dados dos indicadores do analfabetismo funcional no Brasil, permitiram associar o objeto de estudo ao projeto de ensino da língua, para, então, defendermos uma proposta que considere a leitura como base para aquisição de saberes e desenvolvimento de habilidades leitoras essenciais na vida social.

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (PCNs, 1997, p:21)

Ao abordar a questão do desenvolvimento de competências leitoras, diretamente relacionada ao déficit da aprendizagem e ao fracasso escolar, faz-se necessário questionar quais vivências escolares favorecem o gosto pela leitura, quais gêneros textuais proporcionam, de modo mais efetivo, a interação texto/leitor.

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais — que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão. De modo geral, os textos são produzidos, lidos e ouvidos em razão de finalidades desse tipo. Sem negar a importância dos que respondem a exigências práticas da vida diária, são os textos que favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (PCNs, 1997, p:25-26)

Resultados e discussões

Seja pelo ensino de base puramente gramatical, ou mesmo por outras mazelas pelas quais passa a educação brasileira, é fato que apenas uma parcela da população alcança o nível de leitura proficiente, uma vez que nosso país apresenta um alto número de analfabetismo funcional. Sendo assim, como superar os desafios e formar leitores autônomos que gostem de ler?

Primeiramente, a escola deve buscar compreender e verificar quais os tipos de leitura que já fazem parte do cotidiano desses jovens, pois a partir dessas práticas leitoras, os discentes podem ser direcionados a novas práticas.

Ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo do qual não consegue extrair o sentido. Essa é uma boa característica da tarefa de ler em sala de aula: para uma grande maioria dos alunos ela é difícil demais, justamente porque ela não faz sentido. (Kleiman, 2010, p. 18)

O analfabetismo divide-se em duas vertentes: o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional. No primeiro caso, a pessoa não teve nenhum ou pouco acesso à educação. No segundo caso, a pessoa não consegue interpretar textos e realizar operações matemáticas mais complexas. As duas formas de analfabetismo comprometem o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo.

De acordo com o INAF (Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional), a pessoa classificada como funcionalmente alfabetizada, com proficiência, são aquelas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos de maior complexidade, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações e distinguem fato de opinião.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que aplica um teste avaliando as habilidades de leitura, escrita e Matemática, o domínio pleno da leitura vem sofrendo queda entre todos os entrevistados, tendo eles concluído o Ensino Fundamental ou o Ensino Superior. Os dados mostram que o problema do analfabetismo funcional deve ser levado a sério, pois a dificuldade de compreensão dos gêneros textuais, mesmos os mais simples e mais acessados no cotidiano, prejudica o desenvolvimento intelectual, pessoal e profissional do indivíduo. A população pesquisada é composta por brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, engloba residentes de zonas urbanas e rurais em todas as regiões do Brasil, quer estejam estudando ou não.

Ademais, a oitava edição do Indicador de Analfabetismo Funcional, realizada pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa, revelou resultados alarmantes. No Brasil, conforme as estatísticas oficiais, há aproximadamente 14 milhões de Analfabetos absolutos e

um pouco mais de 35 milhões de Analfabetos funcionais. O censo de 2010 mostrou que um entre quatro pessoas são analfabetas funcionais (porcentagem é de 20,3%). O problema maior está na Região Nordeste, onde a taxa chega a 30,8%. Contudo, mesmo diante dessa problemática, são poucas as ações que buscam compreender e reverter esse quadro.

Para Freire, a fim de que o homem possa participar ativamente do seu contexto sócio-histórico, na transformação da realidade, é necessário que ele tome consciência de sua realidade. Nesse contexto de tomada de consciência de sua própria realidade, a leitura desempenha um papel primordial, pois ela é uma ferramenta para compreensão, não só da palavra, mas para leitura do mundo. Segundo definição da UNESCO, uma pessoa é funcionalmente alfabetizada quando pode ser requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura e a escrita a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade. Logo, um ensino que desenvolva plenamente as competências de leitura e de escrita deve nortear sempre o trabalho de toda comunidade escolar. Como afirma Antunes (2003, p:70) “A Leitura é uma atividade de acesso ao conhecimento produzido, ao prazer estético e , ainda, uma atividade de acesso às especificidades da escrita.”

Contudo, nessa sociedade moderna, quando a leitura faz-se tão presente e necessária, percebe-se também a dificuldade para os alunos despertarem o hábito e gosto pelo ato de ler. Essa dificuldade perpassa para demais áreas do saber, pois muitos são incapazes de compreender textos simples, porque ler é muito mais do que apenas decodificar. Ler é atribuir sentidos. E, ao compreender o texto como um todo coerente, o leitor pode ser capaz de refletir sobre ele, de criticá-lo, de saber como usá-lo na sua vida.

No Brasil, conforme pesquisa feita pelo Instituto Pró-Livro, 50% dos entrevistados declararam não ler livros por não conseguirem compreender seu conteúdo, embora sejam tecnicamente alfabetizados. Essa problemática não se relaciona somente com a literatura, pois as pessoas que são incapazes de compreender textos complexos, ou até mesmo textos simples, acabam sendo marginalizadas, ficam excluídas desse universo letrado, pois praticamente tudo o que se faz hoje envolvem práticas de leitura.

Diante dessa realidade quanto ao desenvolvimento de práticas leitoras, a elaboração e a execução de uma proposta pedagógica com esse intuito torna-se uma das atribuições da escola. A proposta pedagógica é, com efeito, o norte, pois define caminhos e rumos que uma determinada comunidade escolar busca para si e para o desenvolvimento dos seus educandos.

“os modelos de leitura ora disponíveis, mostram-nos não só o pensamento de uma dada época, ou os pensamentos filosóficos coexistentes através das épocas, como também uma concepção sobre o processo educacional, os quais se evidenciam principalmente na prática instrucional do dia-a-dia de uma sala de aula.” (BRAGGIO, 1992, p.2)

Discutir aspectos relacionados à leitura, geralmente encaminha para atuação do professor, principalmente, o professor de Língua Portuguesa, todavia precisamos analisar o papel de toda comunidade escolar, em especial do coordenador pedagógico no planejamento de ações que visem o desenvolvimento de práticas leitoras. Isso porque suas funções são articuladoras e formadoras, assim esse profissional deve agir como mediador entre o currículo e os professores, bem como entre pais de alunos e corpo docente. Além disso, pode viabilizar o trabalho dos professores de acordo com as diretrizes pedagógicas e socioculturais da escola.

No combate ao analfabetismo Funcional, o coordenador pedagógico será o profissional responsável por conduzir iniciativas que envolvam toda a comunidade escolar, além de promover diálogo com a família para ampliar as ações de aprendizagem, devem também gerar relatórios de desempenho que mapeiam a aprendizagem desde o aluno

individualmente, da turma, e até da escola como um todo, construindo um panorama da escola, além de dados específicos a cada área de conhecimento e nível de proficiência. Assim, o gestor e os professores podem tomar decisões estratégicas com base em informações concretas. Tudo isso exige, primeiramente, conhecer bem o nível de desenvolvimento dos educandos e, assim, fazer o acompanhamento de todo processo, isso através de uma avaliação realmente eficaz, que busca perceber avanços e detectar dificuldades para, a partir daí, traçar objetivos e metodologia de trabalho.

Nesse cenário, a Avaliação Diagnóstica é primordial para que a escola consiga identificar em qual etapa da construção do conhecimento, em especial, relativa à leitura, o educando encontra-se. Essa informação, após a consolidação, deve ser socializada com toda equipe, pois ela deve fundamentar todas as intervenções pedagógicas. Esse conhecimento coloca em evidência as necessidades e, portanto, as estratégias a serem traçadas. Mesmo que as informações sejam primordialmente pertencentes ao campo da leitura, essas estratégias não devem ficar restritas aos professores de Língua portuguesa. Com a percepção do déficit na aquisição da leitura em determinada etapa do ensino, a superação dessa problemática deve ser o compromisso de todos os professores, pois essa dificuldade vai significar um prejuízo em todas as áreas do conhecimento. Como um aluno poderá resolver um cálculo matemático, sem uma leitura com fluência da situação geradora? Assim, como afirma Libâneo:

“... O domínio da leitura e da escrita, tarefa que percorre todas as séries escolares, é a base necessária para que os alunos progridam nos estudos, aprendam a expressar suas ideias e sentimentos, aperfeiçoem continuamente suas possibilidades cognoscitivas, ganhem maior compreensão da realidade social...” (LIBANÊO, 2013, p. 43)

Com isso, o coordenador Pedagógico será o mediador e articulador das ações, igualmente, no desenvolvimento de projetos que integrem práticas leitoras em diversas situações em aula, assim como extrassala, pode promover a arrecadação de livros em gincanas, fazer olimpíadas de leitura com premiações para os melhores desempenhos, organizar semanas especiais dedicadas à contação de histórias e ao ato de ler, além de propor que os estudantes escrevam suas próprias narrativas e poesias, uma vez que a produção textual também é uma excelente estratégia para incentivar o gosto pela leitura.

Outra ação que pode fundamentar uma mudança nessa dificuldade de desenvolver o hábito de ler está relacionada às práticas de leitura na sala de aula. As aulas não podem ficar presas somente ao conteúdo sistemático, ou a aulas expositivas. É de extrema importância a utilização de diferentes gêneros textuais em sala de aula independente da disciplina de estudo, pois cada gênero se materializa em um determinado ambiente comunicativo, seja esse ambiente em Matemática, ou História, ou mesmo na Internet. A finalidade é desenvolver no aluno o prazer da leitura, pois podemos tornar esse ato mais significativo. Portanto, quanto mais levarmos a leitura para os ambientes próximos de nossos alunos, mais eficaz será nossa proposta de desenvolver esse gosto, pois eles associarão melhor os conteúdos dentro de um ambiente de contextualização, facilitando assim a sua aprendizagem. O aluno que lê possui maior possibilidade de compreensão e interpretação textual, assim compreende melhor o conteúdo transmitido.

Conclusões

A aprendizagem deve ser universalizada, propiciando que todos os discentes atinjam o nível pleno da alfabetização funcional, assim, desenvolver métodos que priorizem o desenvolvimento da leitura é fundamental para que o analfabetismo funcional no Brasil seja

superado. E, para isso, é inquestionável a importância do trabalho conjunto entre professores e coordenador pedagógico.

Contudo, não cabe somente à escola o papel de alfabetizar e “letrar”, visto que deve ser uma prática presente em diversas situações do cotidiano, envolvendo práticas que conduzam o desenvolvimento da criticidade, capacidade de elaborar opiniões próprias e tornar-se protagonista do seu processo de aprendizagem. Portanto, esse artigo teve como proposta mostrar a realidade do analfabetismo funcional no Brasil e como o coordenador pedagógico pode contribuir para superação dessa problemática.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**, Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. **Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística**. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

COLOMBO, Sonia Simões & colaboradores. **Gestão Educacional uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 50ª ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura- teoria e prática**. 13ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e Compreender: os sentidos do texto**. - 3ª Ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

<http://www.ipm.org.br/inaf> acesso em 03 de agosto de 2018.